

**--- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 6 DE MARÇO DE 2006 -----**

**--- LOCAL DA REUNIÃO** — Salão Nobre dos Paços do Concelho. -----

--- A reunião teve início às quinze horas e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente Joaquim António Neves Ramos e os Srs. Vereadores Luís Manuel Abreu de Sousa, José Manuel Isidoro Pratas e Marco António Martins Leal Pereira, pelo Grupo do PSD, os Srs. Vereadores António José Mateus de Matos e Ana Maria Correia Ferreira e, pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador António José da Fonseca Nobre. -----

--- Secretariou a reunião a Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos. -

**ANTES DA ORDEM DO DIA**

**--- ANÚNCIOS DO PRESIDENTE E VEREADORES**-----

--- Não havendo informações a prestar, o Sr. Presidente passou, de imediato, ao ponto seguinte do período “Antes da Ordem do Dia”. -----

**--- INTERVENÇÕES DO PÚBLICO** -----

--- Interveio o Sr. José Caetano fazendo referência a uma informação do jornal “Fundamental” que dizia que os assuntos abordados nas reuniões de Câmara pelos munícipes, são quase sempre os mesmos, considerando que tal se deve ao facto da Câmara nem sempre resolver os problemas apresentados. Solicitou ainda novidades sobre o Centro de Saúde, o Mercado Diário e as correcções na rua principal de Azambuja. -----

--- O Sr. Presidente discordou com o Sr. José Caetano quando diz que os problemas abordados nas intervenções são sempre os mesmos. Quanto ao Centro de Saúde não tem perspectiva da sua inauguração e a Câmara continua na expropriação, através da DGAL, dos terrenos que não foram possíveis comprar. Sobre o Mercado Diário, foi feito concurso dos equipamentos, quando houver a mudança, concluir-se-á o processo de hasta pública do antigo Mercado.-

--- Para concluir, informou que na passada sexta-feira, houve a oportunidade de dar uma volta no concelho, acompanhados pela comunicação social, em que se pode constatar que a generalidade das obras estão, ou concluídas ou em fase de conclusão. Em relação à rotunda nascente de Azambuja, estão a ser definidos os timings da intervenção.-----

--- O Sr. José Caetano acrescentou que, já foi admitido pelo Sr. Presidente, que a intervenção junto ao café da Torre está mal feita, principalmente o separador central. Questionou ainda, a conclusão dos passeios junto à Escola Secundária e a falta deles junto ao café “O Cortiço”, onde as pessoas circulam a pé pelo meio dos carros.-----

--- O Sr. Presidente admitiu que houve um desleixo na zona em frente à Torre e que há um atraso relativamente à correcção da curva para a Rua dos Campinos (é da responsabilidade da ACORIL e está incluída na empreitada).-----

--- O Sr. José Rodrigues de Almeida perguntou se há algum desenvolvimento das reuniões com a Estradas de Portugal sobre a variante de Aveiras de Cima. Sobre os balneários referiu ter ficado admirado que os sanitários fechem à hora do almoço (das 12h00 às 13h30). Em relação à estrada 366, nas obras do Ecomarché (junto à rotunda) foram abertas valas (para os esgotos) que agora prejudicam a circulação do trânsito e as próprias viaturas porque não estão sinalizadas. Para concluir, questionou se o pavilhão das Vaqueiras (que é clandestino) já foi deitado abaixo e se o proprietário já foi penalizado.-----

--- Esclareceu o Sr. Presidente que, o IEP está a desenvolver o projecto da variante. Os sanitários fecham durante a hora do almoço do funcionário responsável porque se ficarem abertos, ao fim de três horas não há sanitários mas estão a ser estudadas formas de introduzir mecanismos de segurança que permitam essas situação. O processo do pavilhão clandestino das Vaqueiras está a decorrer em termos de contra-ordenação, não sabendo se o proprietário foi notificado para a demolição.-----

--- Sobre as valas na estrada nas obras do Ecomarché, o Sr. Vice-presidente informou que, houve uma reclamação de um Sr. que rebentou um pneu e o processo já foi enviado ao proprietário do loteamento que já iniciou o alcatroamento da estrada.-----

**--- INTERVENÇÕES DOS SENHORES VEREADORES** -----

--- Interveio a Sra. Vereadora Ana Ferreira querendo saber qual a data de previsão da conclusão das obras no Centro de Dia no Palácio Frederico Arouca em Alcoentre; o ponto de situação das negociações com os proprietários do Convento das Virtudes e do Castro de Vila Nova de São Pedro. E ainda sobre a eventual redução do número de comboios entre Azambuja e Lisboa e sobre os resultados da reunião com a CP.-----

--- Informou ainda que, no passado dia 22 de Fevereiro decorreu na Gulbenkian, um curso que foi lançado a nível nacional sobre Física. Azambuja esteve representada por dois alunos da Escola Secundária que obtiveram os dois primeiros lugares.-----

--- O Sr. Presidente informou que mais dois meses e as obras do Centro de Dia de Alcoentre estarão concluídas. As negociações para o Convento das Virtudes estão paradas porque a proprietária não reúne a documentação necessária. Sobre o Castro de Vila Nova de São Pedro não há quaisquer negociações, houve contactos mas pelos valores iniciais não há forma de se chegar a acordo. Apesar das inúmeras tentativas (verbal e escrita) não foi possível marcar uma data para reunir com a CP.-----

--- Interveio o Sr. Vereador António Nobre questionando se há desenvolvimentos, se já foram previstas e ou tomadas medidas para limitar os efeitos perniciosos, do fecho nocturno do Centro de Saúde. Foi noticiado em vários jornais que os trabalhadores da CLC foram objecto de internamento hospitalar ou de tratamento urgente por inalarem gases que lhes provocaram situações mórbidas, pretendendo saber se a Câmara está inteirada deste problema. Questionou se a Câmara já foi notificada relativamente ao relatório da Inspeção-geral de Finanças. Sobre a informação de dívidas a fornecedores e empreiteiros, considera que é sucinta, querendo saber quais os fornecedores diversos que estão carecidos de serem pagos e se nos montantes estão incluídas as dívidas à Águas do Oeste (facturação de água não paga).-----

--- Quanto à questão das urgências médicas no concelho, o Sr. Presidente informou que o Hospital de Vila Franca de Xira será dotado com um posto móvel de saúde, a funcionar 24 horas por dia, com equipamento de emergência muito superior ao equipamento do Centro de Saúde.-----

--- Sobre a CLC, a Câmara foi informada, através do Gabinete de Protecção Civil Municipal, que houve um problema em Junho/ Julho, com uma componente que vinha da refinaria de Sines integrada no gás. Presentemente esperam os resultados das análises que mandaram fazer no estrangeiro.-----

--- Informou ainda que, não houve nenhuma notificação da Inspeção-geral de Finanças. A dívida a fornecedores é uma situação sempre a mudar (fizeram-se pagamentos e recebimentos, apareceram novas facturas, etc.) na qual não está incluída a dívida à Águas do Oeste.-----

--- O Grupo do PSD apresentou a Moção que a seguir se transcreve:-----

--- *“A Câmara Municipal de Azambuja expressa o seu voto de pesar pelo falecimento do comendador António Luís Vicente, homenageando não só aquele que durante vários anos foi distinto autarca deste Município, mas também o cidadão empenhado em participar com relevo na vida da sociedade.”*-----

--- A Moção foi subscrita por todos os Vereadores e aprovada por unanimidade.-----

--- Continuou deixando uma sugestão para que se dê o nome do Dr. António Luís Vicente a uma rua do Município, uma vez que era autarca do concelho, não só da freguesia de Alcoentre.-----

--- Solicitou ainda que fossem facultados os documentos referentes ao desperdício da água pata todos perceberem qual o valor exacto (se 28%, 33% ou 45%).-----

--- Sobre a gestão da Câmara, criticou os timings eleitorais, uma vez que as dificuldades financeiras não são de agora mas no ano passado houve curso carnavalesco (que até bancadas teve junto ao edifício da Câmara) e houve Festival Tejo (onde foram investidos milhares de euros).-----

--- No que diz respeito aos esgotos de Vale do Brejo, pretende saber se a repavimentação faz parte da empreitada ou se é responsabilidade da Câmara. Nos Casais das Boiças também há sítios pavimentados que já estão a abater. No seu entender esta situação deve-se à falta de fiscalização, deixando um alerta para estas situações.-----

--- Outro alerta tem a ver com o passeio entre a Ónia e a Santa Casa da Misericórdia, que com a construção do Parque Oficial, houve uma parte que foi afundada onde não existe suporte, que já proporcionou a queda de duas pessoas (uma com alguma gravidade).-----

--- Para terminar questionou se haverá contra-partidas ou outro entendimento entre a Câmara e o promotor da Torre que está a ser acabada, visto esta não ter estacionamentos próprios.-----

--- Interveio o Sr. Presidente dizendo que se o Sr. Vereador quiser pode marcar uma reunião com a Sra. Engenheira Carla Sande para esclarecer como é que a soma do desperdício da água é de 33 % (percentagem variável).-----

--- O curso carnavalesco e o Festival Tejo não são questões eleitoralistas, são questões de mandato novo porque o panorama que se apresenta para os próximos quatro anos é bastante mais desfavorável que do mandato anterior. No caso do Festival Tejo, era objecto de protocolo com a Câmara Municipal do Cartaxo e era válido durante um mandato.-----

--- Sobre os esgotos de Vale do Brejo, a pavimentação é da responsabilidade da Câmara, normalmente o empreiteiro tem que repor apenas a faixa de terreno que abriu. Os trabalhos a mais, têm estado a ser discutidos com o empreiteiro, pois estes processos requerem uma longa discussão relativamente a preços unitários, quantidades, etc. Há sempre abatimentos em obras deste tipo, se a empreitada é do empreiteiro a Câmara obriga-o a corrigir essas anomalias, se a obra for da Câmara é a própria que tem que corrigir.-----

--- Afirmou concordar com a correcção do suporte do passeio junto às oficinas municipais, foi uma situação que ocorreu para poder haver acesso para uns pombais.-----

--- A Torre B está incluída num loteamento e tem o número de lugares de estacionamento suficientes para a globalidade dos fogos. O programa de recuperação daquela zona obriga à criação de um número significativo de estacionamentos. Não houve lugar a pagamentos porque já estava aprovado desde 96, a Santa Casa já tinha o alvará, limitando-se a pôr em hasta pública, agora haverá o pagamento das taxas e das licenças.-----

--- Interveio o Sr. Vereador Marco Leal dizendo haver falta de coerência no PSD, pois a Deputada Municipal, Sra. São Maurício afirmou na Assembleia Municipal que em época de contenção de despesas, havia um conjunto de iniciativas que deveriam não se fazer, não percebendo o comentário do Sr. Vereador do PSD. Relativamente ao Festival Tejo, foi objecto de protocolo entre as Câmaras de Azambuja e do Cartaxo e a Código 365, com durabilidade de quatro anos.

--- Interveio o Sr. Vereador António José Matos querendo saber se haverá hipóteses da REFER ajudar nas obras da estrada Virtudes/ Azambuja. Deixou ainda um alerta, a estrada Casais da Lagoa/ Virtudes está extremamente degradada, em grande parte devido à circulação de camiões das obras da REFER.-----

--- Sobre a intervenção do Sr. Vereador Marco Leal afirmou haver um mal entendido, pois está totalmente de acordo que não se façam o curso carnavalesco e o Festival Tejo, uma vez que não há disponibilidade financeira, estando plenamente de acordo e em sintonia com a Deputada Municipal.-----

--- O Sr. Vereador António Nobre solicitou esclarecimentos sobre o funcionamento do veículo para urgências médicas do Hospital de Vila Franca de Xira.-----

--- O Sr. Vice-presidente esclareceu que é um carro chamado DMER, de intervenção rápida (totalmente equipado, com um médico e com um enfermeiro) que faz o trajecto Vila Franca de Xira/ Azambuja em cerca de oito minutos. Mas este tipo de assistência não é nova, já vem sendo feita há alguns anos. Trabalham em conjunto com os Bombeiros que actuam conforme indicações deste Centro Médico.-----

--- Interveio o Sr. Vereador Marco Leal realçando a informação prestada pela Sra. Vereadora acerca do prémio alcançado por dois alunos no concurso “Físico Prodígio”. Informou ainda que mediante acordo com o Ministério da Educação, vai-se uniformizar o valor das refeições no 1º ciclo, assim, a partir de 1 de Março as refeições custarão 1,34 euros, em todo o concelho.-----

--- O Sr. Presidente fez um curto intervalo.-----

--- **APROVAÇÃO DE ACTAS** -----

--- A acta da reunião ordinária realizada no dia 9 de Janeiro de 2006 foi aprovada por unanimidade. A acta foi assinada, sendo a sua leitura dispensada em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído pelos membros da Câmara.-----

--- A acta da reunião ordinária realizada no dia 23 de Janeiro de 2006 foi aprovada por unanimidade. A acta foi assinada, sendo a sua leitura dispensada em virtude do seu texto ter sido previamente distribuído pelos membros da Câmara.-----

#### ORDEM DO DIA

#### **PONTO I – Empreitada “Reordenamento Urbano na Rua St.ª Quitéria em Casais das Comeiras” – Trabalhos a mais – Proposta N.º 22 / P / 2006** -----

--- O Sr. Presidente apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:-----

--- *“Considerando que foi adjudicada, em Sessão de Câmara, a empreitada E64/03 – “Reordenamento Urbano na Rua de St.ª Quitéria em Casais das Comeiras”, à firma Construções Vieira Mendes, Lda.* -----

--- *Considerando que no decorrer da obra se verificou a necessidade de proceder à execução de trabalhos a mais conforme Inf. 429/DIOM/05.*-----

--- *Proponho que a Câmara delibere:*-----

--- *Adjudicar os trabalhos a mais da empreitada “Reordenamento Urbano na Rua de St.ª Quitéria, em Casais das Comeiras”, à empresa Construções Vieira Mendes, Lda., pelo valor de 20.549,68€ (vinte mil quinhentos e quarenta e nove euros e sessenta e oito cêntimos), ao qual acresce 5% de IVA.* -----

--- *A despesa inscreve-se e tem cabimento na Acção do Plano 02.02.01.02 e na Rubrica Orçamental 05/07.01.04.01.”*

--- Interveio o Sr. Presidente esclarecendo que esta proposta corresponde a trabalhos a mais na empreitada “Reordenamento Urbano da Rua de Santa Quitéria em Casais das Comeiras”. Apresenta-se agora o resultado final das negociações entre os serviços técnicos da Câmara e o empreiteiro.-----

--- O Sr. Vereador António Nobre afirmou que estas questões deviam ser consideradas no projecto da obra, pois quem elabora os projectos deve ter cuidado e conhecimento necessários sobre o local para poder prever as medidas necessários para a intervenção. No seu entender estes trabalhos a mais começam a aparecer com demasiada frequência só porque a Lei prevê que possa haver uma margem de erro bastante larga (no seu entender). Há que haver rigor no trabalho da Câmara. Assim sendo, não pode votar favoravelmente uma proposta desta natureza.-----

--- Após análise da proposta, o Sr. Vereador António José Matos considerou haver falta de planeamento dos concursos pois são feitos “em cima do joelho”, há uma série de situações que deveriam ter sido consideradas no projecto, o que traduz que na Câmara não há um bom planeamento antes dos concursos.-----

--- Esclareceu o Sr. Presidente que não se podem confundir trabalhos a mais, que a própria legislação prevê e que circunstancia normal até 25%, com derrapagens de obras que custam 4, 5 ou 10 vezes mais do que estava inicialmente consagrado. Não há praticamente nenhuma empreitada que não tenha trabalhos a mais. Além disso, estas empreitadas são feitas com projecto sobre os quais não há cadastro e não se sabe, exactamente o que lá está, por essa razão aparecem situações inesperadas que obrigam a alterações nas obras (por vezes com trabalhos a mais e outras vezes com trabalhos a menos).-----

--- Neste caso dos Casais das Comeiras houve trabalhos que não estavam previstos inicialmente que podiam ter sido considerados e que a Câmara achou mais facilmente realizáveis neste momento.-----

--- Interveio o Sr. Vice-presidente dizendo que há que ter em consideração que este projecto foi feito no mandato do Sr. Presidente Carlos Alberto e é muito natural que desde essa altura até ao início da obra tenham havido muitas alterações. Alguns destes trabalhos a mais são pedidos dos residentes na rua, tendo a Câmara decidido que para a obra ficar concluída e em boas condições, ser necessários estes trabalhos.-----

--- O Sr. Vereador António Nobre concordou que a Câmara em termos de cartografia está um tanto ou quanto mal servida mas, quando se desconhece um local há que ir ao terreno e verificar pessoalmente. Acrescentou ainda não ter presente quais as empresas que concorreram a esta empreitada mas provavelmente haveria algumas empresas que nos

seus preços incluíam estes trabalhos a mais. Afirmou que não é boa regra nem boa gestão dos dinheiros públicos fazer destas coisas.-----

--- Esclareceu o Sr. Presidente que a empresa ganhou o concurso porque tinha os preços unitários mais baixos, que é obrigada por Lei a manter, quando faz estes trabalhos adicionais.-----

--- Questionou ainda se seria prático lançar uma empreitada para escalavrar a Rua de Santa Quitéria para ver o que lá está, para depois se fazer o projecto, para posteriormente se lançar o concurso público e iniciar a empreitada. ----

--- Infelizmente, do subsolo do concelho de Azambuja não há praticamente nada cartografado, à excepção destas intervenções mais recentes por isso não há outra solução senão adivinhar o que eventualmente poderá estar por baixo.-----

--- Afirmou o Sr. Vereador António José Matos que estes trabalhos a mais não têm a ver com um problema de cartografia, mas sim em permitir o acesso a válvulas de ramais domiciliários de água existentes nos muros das propriedades. São situações visíveis sem ser preciso conhecer o subsolo. Considerou que o facto de serem os proprietários a fazer pedidos e a dizer o que está mal, confirma ter havido um mau planeamento por parte da Câmara.-----

--- O Sr. Presidente deu conhecimento que as alterações em subsolo vão determinar alterações na parte que está à vista nomeadamente em obras de redes de água e de esgotos.-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta n.º 22 / P / 2006 foi aprovada por maioria, com quatro votos a favor (Grupo do PS) e três votos contra (Grupos do PSD e da CDU).-----

#### **PONTO 2 — Carta Educativa — Proposta N.º 8 / VML / 2006**-----

--- O Sr. Vereador Marco Leal apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:-----

--- *“Considerando que:-----*

--- *É atribuição das Autarquias a elaboração de Cartas Educativas (Dec.-Lei 7/2003)-----*

--- *A elaboração de Carta Educativa de Azambuja foi efectuada em parceria com as restantes Autarquias da C.U.L.T.; -*

--- *A presente proposta de Carta Educativa foi já aprovada pelo Conselho Municipal de Educação.-----*

--- *Proponho:-----*

--- *A aprovação da Carta Educativa do Concelho de Azambuja.”-----*

--- Interveio o Sr. Vereador Marco Leal informando que é atribuição das Autarquias Locais a elaboração da Carta Educativa, que cria também os Conselhos Municipais de Educação. A Carta Educativa do Concelho de Azambuja foi feita no âmbito dos 11 Municípios da CULT, por uma empresa privada e foi aprovada por unanimidade pelos elementos do Conselho Municipal de Educação (todos os Conselhos Executivos das Escolas do Concelho, ACISMA e representantes das IPSS) com uma premissa que tem a ver com a vinda do aeroporto para a Ota. Por último, solicitou a intervenção do Chefe da Divisão de Educação e Juventude, Dr. Paulo Louro para fazer uma explanação relativamente a esta proposta.-----

--- O Dr. Paulo Louro esclareceu que a Carta Educativa está dividida em três partes, a primeira, faz um enquadramento territorial (evolução demográfica do Concelho), a segunda parte faz a apresentação da oferta e da procura educativa actual (2003/2004) e a terceira parte faz a proposta de intervenção na rede educativa (quais as escolas necessárias e quais as que podem encerrar).-----

--- A Carta Educativa tem como objectivos melhorar a taxa de escolarização do ensino pré-escolar público, permitir o funcionamento em regime normal de todos os estabelecimentos do 1º ciclo do ensino básico e ainda, consolidar centros e núcleos escolares, isto é, evitar que existam escolas sem refeitório e sem ATL. Um outro objectivo é a requalificação e o apetrechamento dos estabelecimentos existentes, ou seja, a Carta propõe novos estabelecimentos mas propõe também medidas no sentido dos estabelecimentos existentes terem melhores condições e uma diversificação da qualidade dos serviços prestados (apoio à família no pré-escolar e actividades de complemento curricular no 1º ciclo do ensino básico).-----

--- Para o Alto Concelho propõe-se a ampliação da actual EB 2, 3 de Manique do Intendente, passando a EBI, a construção do Jardim-de-Infância de Manique do Intendente, a ampliação do edifício da EBI de Alcoentre que deveria ter também salas de Jardim-de-Infância, permitindo encerrar as escolas de Casais das Boiças, Quebradas e Tagarro. ---  
--- Relativamente ao Agrupamento Vale-Aveiras propõe-se a construção de um Centro Escolar em Aveiras de Cima, que tenha pré-escolar e 1º ciclo, a ampliação da EBI de Vale do Brejo e a ampliação (duas novas salas) na EBI de Aveiras de Cima.-----

--- No Agrupamento de Azambuja, prevê-se o encerramento do actual Jardim-de-Infância e da EBI de Vila Nova da Rainha, a construção de um novo Centro Escolar (composto de quatro salas para o 1º ciclo e duas salas para Jardim-de-Infância, em Azambuja) mas que sirva a freguesia de Aveiras de Baixo (concentração das escolas de Aveiras de Baixo, Casais da Lagoa e Virtudes, composta por três salas para o 1º ciclo e uma sala para Jardim-de-Infância). Prevê-se ainda a ampliação da EBI de Casais de Britos (mais duas salas) e na vila de Azambuja, uma nova EBI (com doze salas para o 1º ciclo, quatro para Jardim-de-Infância e quinze para os 2º e 3º ciclos) e outra escola (composta por aproximadamente seis salas para o 1º ciclo e duas salas para Jardim-de-Infância).-----

--- A empresa que fez a carta Educativa do concelho de Azambuja baseou-se nas projecções demográficas e nas taxas de retenção nas escolas do 2º e 3º ciclos, sentindo algumas dificuldades, nomeadamente, no possível aumento da escolaridade obrigatória para o 12º ano (implica outros equipamentos) e na oferta educativa (alunos que procuram cursos que não existem no Concelho), difícil de prever, pois depende da escolha pessoal dos alunos.-----

--- A Carta propõe uma Escola Profissional, numa lógica de polarização inter-concelhia, mobilizando alunos dos concelhos de Azambuja e do Cartaxo.-----

--- A documentação entregue sintetiza os projectos estruturantes (construção da Escola Profissional, da Escola Básica Integrada com Jardim-de-Infância, da EBI com Jardim-de-Infância e dos Centros e Núcleos Escolares de Vila Nova da Rainha, de Aveiras de Baixo, de Alcoentre e de Aveiras de Cima, a ampliação da EB 2, 3 de Manique do Intendente para EBI e da EB 2, 3 de Aveiras de Cima), os projectos complementares (requalificação dos parques, a climatização, o apetrechamento dos equipamentos, o espaço para actividades de complemento curricular e as melhorias na rede de transportes escolares) e a orçamentação de todas as intervenções.-----

--- Salientou o Sr. Vereador António Nobre que este é um documento bastante extenso e com elevada componente técnica, que deveria ser analisado com mais tempo para uma apreciação e discussão cuidada. Este documento vai afectar todo o concelho e a sua população, pois são propostas medidas que implicam o encerramento de núcleos escolares em núcleos urbanos perfeitamente consolidados e que sempre tiveram instalações (como por exemplo Tagarro, Quebradas, Casais das Boiças, Virtudes, etc.).-----

--- Há uma vertente neste documento que tem a ver com a limitação das competências dos municípios às infra-estruturas, pois são omitidas questões de natureza qualitativas dos equipamentos. Outra abordagem omitida no documento tem a ver com o combate ao elevadíssimo abandono escolar.-----

--- Confessou ter algumas reservas e alguma apreensão relativamente a certas soluções propostas no documento.-----

--- Esclareceu o Sr. Presidente que este documento não é um estudo sociológico sobre educação no concelho, é uma Carta Educativa que se refere apenas às infra-estruturas necessárias em função da projecção das estimativas de evolução da população. A política educativa é definida pelo Ministério da Educação, a Câmara tem apenas que planear de acordo com os dados que existem. Reconheceu ainda que, de facto, é um documento demasiado importante para poder ser analisado no prazo legal dos outros documentos trazidos a sessão de Câmara, adiando a votação do documento para a próxima sessão de Câmara para os Srs. Vereadores terem 15 dias para se pronunciarem e para melhor analisarem a Carta Educativa.-----

--- A apreciação do documento, dada a sua complexidade, foi adiada.-----

**PONTO 3 — Representação do Município nas Festas em Honra de Nª Srª da Boa viagem em Constância — Proposta N.º 9 / VML / 2006**-----

--- O Sr. Vereador Marco Leal apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:-----

- *“Considerando que:-----*  
--- *1. é da competência das autarquias a promoção de actividades de natureza cultural e patrimonial;-----*  
--- *2. a promoção turística e a divulgação do Concelho de Azambuja deverá contemplar a cultura tradicional e identitária;-----*  
--- *3. entre essas actividades mais tradicionais se englobam as referentes ao Rio Tejo, nomeadamente as dos Avieiros;-----*  
--- *Tenho a honra de propor:-----*  
--- *a. que o Sr. António Vicente Tomás, cont. n.º 116210036, represente o Concelho nas Festas em Honra de N.ª Sr.ª da Boa Viagem, em Constância, no desfile de embarcações tradicionais;-----*  
--- *b. a atribuição de um apoio financeiro no valor de 250€ para despesas nessa representação.”-----*  
--- *Uma vez posta a votação a Proposta n.º 9 / VML / 2006 foi aprovada por unanimidade.-----*

**PONTO 4 – Complexo Desportivo Municipal – Normas de Funcionamento – Proposta N.º 10 / VML / 2006 -----**

--- O Sr. Vereador Marco Leal apresentou a **Proposta** e as **Normas de Funcionamento** que a seguir se transcrevem:---

--- **Proposta** -----

- *“Tendo em conta as competências atribuídas às autarquias pelo Dec. Lei n.º 159/99 no âmbito dos “Tempos Livres e Desporto”, nomeadamente no que concerne ao planeamento, gestão e investimentos em instalações e equipamentos para a prática desportiva e recreativa;-----*  
--- *Tendo em conta, que se realizaram obras de beneficiação no Complexo Desportivo Municipal, nomeadamente na cobertura da piscina;-----*  
--- *Tendo em conta que estas obras irão exigir em termos de gestão do referido Equipamento, maior organização, nomeadamente devido a um maior número de utentes;-----*  
--- *Tenho a honra de propor:-----*  
--- *A aprovação das Normas de Funcionamento que se anexam.”-----*

--- **Proposta de Normas de Funcionamento** -----

--- **Cartão de Utente**-----

- *1. Para iniciar a sua actividade no Complexo de Piscinas da Azambuja, é necessário solicitar um cartão de utente.-----*  
--- *2. O Cartão de Utente é o seu elemento de identificação que permite o acesso à zona de balneários, utilizando as portas automáticas, pelo que é pessoal e intransmissível.-----*  
--- *Como utilizar o seu Cartão-----*  
--- *1. Dirija-se à zona de controlo de acessos na recepção da piscina.-----*  
--- *2. Entregue o seu cartão à funcionária da recepção para passar no leitor de banda magnética.-----*  
--- *3. O leitor permitirá a passagem se:-----*  
--- *3.1. Utentes das Classes-----*  
--- *3.1.1. Estiver dentro do seu horário, com uma tolerância de 15 (quinze) minutos antes e após o final da aula.-----*  
--- *3.1.2. Os pagamentos estiverem em dia.-----*  
--- *3.2 Utentes de livre frequência-----*  
--- *3.2.1. A lotação do espaço reservado à utilização livre não estiver esgotada.-----*  
--- *3.2.2. Os utentes desta modalidade disporão de 75 minutos para entrar e sair pelo controle de acessos. Após este período de tempo, será automaticamente acrescida uma taxa de utilização, no valor de 1,50€ por hora.-----*  
--- *3.2.3. A livre frequência será para utentes a partir de 8 anos. Menores de 12 anos só acompanhados por outro utilizador adulto.-----*  
--- *4. Por cada criança com idade inferior a 8 anos ou portadores de deficiência, é permitida a entrada a um acompanhante. Estes, devem apenas auxiliar nas tarefas de troca de roupa e banho. Após as mesmas devem abandonar os balneários, podendo voltar a dirigir-se a este no final das aulas, sem no entanto utilizarem o cartão de utente.-----*

--- 5. As crianças serão acompanhadas ao local da sua classe pelo Nadador Salvador ou por um Técnico, que as esperará à saída do balneário.-----

--- Normas Gerais-----

--- 1. Todos os utentes deverão utilizar fato de banho apropriado, touca de silicone e chinelos.-----

--- 2. Todos os utentes serão obrigados a utilizar o chuveiro antes de entrarem na água.-----

--- 3. Crianças com menos de 8 anos, quando acompanhadas, deverão utilizar o balneário do sexo do acompanhante.

--- 4. O Complexo de Piscinas de Azambuja não se responsabiliza pelo desaparecimento de valores que não se encontrem guardados (fechados) nos cacifos, ou entregues aos funcionários.

--- É proibido-----

--- 1. A utilização de balneários ou sanitários destinados a um determinado sexo, por pessoas de sexo oposto;-----

--- 2. O acesso às piscinas, a portadores de doenças transmissíveis ou feridas expostas;-----

--- 3. O acesso às piscinas por qualquer indivíduo que não utilize fato de banho apropriado;-----

--- 4. A entrada a animais;-----

--- 5. Andar sem calçado apropriado na zona de pé limpo da piscina (chinelos ou ténis que não sejam utilizados na rua);-----

--- 6. Projectar objectos estranhos para a água;-----

--- 7. A não utilização de touca;-----

--- 8. Empurrar pessoas para dentro de água ou afundá-las propositadamente;-----

--- 9. Correr no cais das piscinas ou zonas de balneários;-----

--- 10. Efectuar mergulhos em corrida ou perturbar outros utentes;-----

--- 11. Sentar-se nas pistas;-----

--- 12. O uso dos cremes, maquilhagem, óleos ou outros produtos susceptíveis de alterar a qualidade da água;-----

--- 13. Ingerir qualquer tipo de alimento na zona das piscinas e balneário (incluindo gelados, pastilhas e refrigerantes);-----

--- 14. Fumar em qualquer local do Complexo;-----

--- 15. A utilização de qualquer objecto cortante;-----

--- 16. Cuspir na água ou nos pavimentos;-----

--- 17. Urinar e defecar na água;-----

--- 18. Utilizar pistas da piscina ou cuba que não lhe é destinado.-----

--- Mensalidades/ Pagamentos-----

--- 1. Para efectuar o pagamento das mensalidades, os utentes têm de se fazer acompanhar do cartão de utente. ---

--- 2. Os pagamentos deverão ser efectuados mensalmente entre os dias 25 do mês anterior a que respeitam e o dia 8 do mês referente ao pagamento.-----

--- 3. Os pagamentos efectuados fora do prazo serão agravados de uma taxa de 2,50 euros, se regularizados até ao dia 20 do mês a que se referem, salvo se for apresentado justificativo aceite pela Direcção. Após esta data não será garantida a vaga da classe.-----

--- 4. A interrupção do pagamento, sem aviso prévio, implicará a anulação da inscrição do aluno. Esta situação, a verificar-se, não obriga ao reembolso de verbas anteriormente pagas. O recomeço da actividade, implica uma nova inscrição, e a existência de vaga no horário pretendido.-----

--- 5. A interrupção da frequência das aulas por qualquer motivo de força maior, quando comunicada e justificada à secretaria, não anula a inscrição do aluno nem obriga ao pagamento da mensalidade durante o período de ausência, não garantindo no entanto, a vaga pretendida.-----

--- 6. Após o pagamento de qualquer mensalidade ou taxa, não é possível, por nenhuma razão, o reembolso de verbas, nem transferências das mesmas para outro utente.-----

--- 7. Caso o utente não frequente, por qualquer razão, as aulas pagas num determinado mês, não será possível transferir esse pagamento para qualquer outro mês.-----

--- 8. Os pagamentos podem ser efectuados em numerário, cheque à ordem da Câmara Municipal de Azambuja, ou Multibanco, directamente na secretaria no horário de expediente.-----

--- 9. Pagamento mensal: (1)-----

--- 1º pagamento = Taxa de inscrição ou renovação + 1ª mensalidade + 50% do mês de Julho-----

--- 2º pagamento = 2ª mensalidade + 50% do mês de Julho-----

--- 3º pagamento = 3ª mensalidade + 50% do mês de Agosto-----

--- 4º pagamento = 4ª mensalidade + 50% do mês de Agosto-----

--- 5º pagamento e seguintes, pagos mês a mês.-----

--- (1) Esta cláusula só entrará em vigor a partir do ano lectivo 2006/2007.”-----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 10 / VML / 2006 aprovada por unanimidade.-----

**PONTO 5 — Disponibilidade de Instalações e Equipamento — Proposta N.º 1 / V-AJM / 2006** -----

--- O Sr. Vereador António José Matos apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando:-----

--- Que para um bom desempenho da função de vereadores para a qual fomos eleitos existe a necessidade de dispormos de um espaço próprio, adequado à realização de trabalho e recepção de munícipes, facto tradicionalmente reconhecido e durante muito tempo consagrado nesta Câmara;-----

--- Que o carácter de reserva do trabalho próprio de cada força política e de gestão da sua ocupação não se coadunam com uma partilha desse espaço entre os diversos partidos.-----

--- Propõe-se que:-----

--- Esta Câmara ceda por todo o mandato um gabinete para o grupo do PSD e outro para o da CDU, equipados com os meios necessários ao bom desempenho do cargo e adequado à recepção dos munícipes que pretendem contactar os vereadores dos partidos referidos.”-----

--- O Sr. Vereador António José Matos mencionou o comentário do Sr. Presidente quanto ao facto da oposição não apresentar propostas referindo que, desde o primeiro dia, tem adoptado uma intervenção pela positiva através de inúmeras sugestões. A primeira proposta é relativa à necessidade de, enquanto Vereadores eleitos necessitarem de um espaço próprio adequado ao bom desempenho das respectivas funções, bem como à recepção dos munícipes. Um gabinete para cada grupo com o equipamento que se adequa às necessidades.-----

--- Interveio o Sr. Presidente que disse que, na última reunião não teve a intenção de criticar ninguém, apenas se limitou a lembrar aos Srs. Vereadores de oposição que, à semelhança dos Vereadores com pelouros distribuídos, também podiam apresentar propostas. Quanto ao teor da proposta a Câmara, de momento, não tem disponibilidade para a atender conquanto se esteja a proceder a uma reformulação dos espaços disponíveis nos edifícios municipais. De imediato, poderão dispor da sala de reuniões afectada ao Gabinete da Presidência para, um dia por semana a publicitar, receberem os munícipes.-----

--- O Sr. Vereador António Nobre disse registar a disponibilidade em proporcionar a utilização da sala considerando, porém, manter-se a necessidade de um esforço para que cada uma das forças políticas possam ter um Gabinete próprio para efectuar o seu trabalho. Quanto à partilha do espaço a reserva também faz parte da política e, antes de discutir os assuntos em sede própria convém prepará-los em recato e com privacidade.-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta n.º 1 / V-AJM / 2006 foi reprovada com quatro votos contra (Grupo do PS) e três votos a favor (Grupos do PSD e da CDU).-----

**PONTO 6 — Mercado Mensal — Limpeza — Proposta N.º 2 / V-AJM / 2006** -----

--- O Sr. Vereador António José Matos apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando que:-----

--- No final de cada mercado mensal em Azambuja não é efectuada a limpeza da área em que ele se realiza.-----

--- Não é saudável nem ambientalmente correcto que os lixos permaneçam no local e se espalhem pelas zonas adjacentes até uma limpeza posterior na segunda-feira seguinte;-----

--- Tal é também restritivo de uma utilização do espaço pelas pessoas, tanto mais grave quanto ali se encontram equipamentos como o Pavilhão Municipal, a Praça de Toiros, a Casa do Campino ou o Páteo Valverde;-----

--- E ainda que esta é uma situação pouco dignificante para uma das entradas principais da Vila onde, aliás, a Câmara fez questão de investir fortemente no seu embelezamento.-----

--- Propõe-se que:-----

--- A limpeza do referido recinto seja efectuada imediatamente após a realização do mercado.”-----

--- Reportando-se à proposta apresentada o Sr. Vereador António José Matos criticou o facto da Câmara não proceder à limpeza da zona envolvente do Mercado Mensal de Azambuja após a sua realização. Equipamentos como o Pavilhão Municipal, Páteo Valverde, Casa do Campino, Praça de Touros e Monumento ao Cavador ficam pejados de lixo.-----

--- O Sr. Vereador Pratas explicou que a situação exposta só ocorreu nos últimos três mercados. No último mercado o recinto já se encontrava limpo dado a Câmara ter adjudicado, há algum tempo, a prestação do serviço.-----

--- O Sr. Vereador António José Matos manifestou o seu contentamento por, a apresentação da proposta ter dado os seus frutos.-----

--- Em resposta, o Sr. Presidente fez notar que ninguém pode gostar de ver a vila suja após a realização de cada mercado. O estudo da situação já vinha a realizar-se muito antes da proposta do Grupo do PSD ter dado entrada na Câmara.-----

--- Interveio o Sr. Vereador Pratas que declarou ter fornecido a relação dos feirantes bem como as despesas da Câmara com a realização de cada mercado.-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta N.º 2 / V-AJM / 2006 foi aprovada por unanimidade.-----

#### **PONTO 7 – Condições de Circulação e Trânsito** -----

##### **Proposta N.º 3 / V-AJM / 2006**-----

--- O Sr. Vereador António José Matos apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando:-----

--- Que parte dos engarrafamentos dentro da vila de Azambuja se deve à falta de vias para escoamento do trânsito de pesados;-----

--- Que essa situação foi agravada com o corte do trânsito na via intersectada pela conduta de água da EPAL desde o acidente aí ocorrido;-----

--- Que tal acidente evidenciou a necessidade de uma maior cota de altura entre a estrada e a referida conduta, permitindo o tráfego de veículos pesados mais altos por essa via.-----

--- Propõe-se:-----

--- O estudo do rebaixamento da citada via na zona em que intersecta a conduta da EPAL em cerca de 50cm.”-----

--- O Sr. Vereador António José Matos referiu que, considerando que os engarrafamentos dentro da vila de Azambuja são devido à falta de escoamento do trânsito, agravada pelo corte do trânsito na via interceptada na EPAL, assim propõe que a Câmara rebaixe a via junto à conduta da EPAL, em cerca de 50 cm, a fim de permitir que os veículos com altura até 4 m possam transitar, desimpedindo o centro da vila.-----

--- O Sr. Vice-presidente propôs uma pequena alteração ao texto da proposta, em vez de se propor o rebaixamento, que propusesse um estudo àquela zona para depois então, ser feito, se possível, o rebaixamento.-----

--- O Sr. Vereador António José Matos concordou com a alteração proposta.-----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta N.º 3 / V-AJM / 2006 aprovada por unanimidade.-----

##### **Proposta N.º 4 / V-AJM / 2006** -----

--- O Sr. Vereador António José Matos apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando:-----

--- Que a colocação indiscriminada de “pilaretes” veio, em alguns casos, prejudicar os peões principalmente os portadores de deficiência física motora;-----

--- Que tal se faz sentir principalmente nas zonas de passagem de peões e onde os passeios são mais estreitos.-----

--- Propõe-se:-----

--- 1. A retirada dos “pilaretes” colocados na parte central das passagens para peões.-----

--- 2. A retirada dos “pilaretes” onde a sua colocação obste à circulação pelo passeio em ambas as bermas da rua.”

--- Interveio o Sr. Vereador António José Matos esclarecendo que a colocação indiscriminada de pilaretes, veio em alguns casos prejudicar os peões, principalmente os que são portadores de deficiência física motora. Assim, propõe que sejam retirados os pilaretes colocados na parte central das passadeiras e onde a sua colocação obste à circulação de pessoas com deficiência ou até de pessoas com carrinhos de bebé.-----

--- O Sr. Presidente afirmou discordar da proposta pois a colocação de pilaretes são foi indiscriminada, obedeceu a uma determinada filosofia de arranjo urbano e a um determinado projecto. Os pilaretes colocados na parte central das passagens para peões, têm entre eles espaço suficiente para qualquer cadeira de rodas ou carrinho de bebé passar. A retirada dos pilaretes onde a sua colocação obsta a circulação serve apenas para os carros estacionarem.---

--- O Sr. Vereador António José Matos esclareceu que a colocação de pilaretes foi indiscriminada nalguns casos, como por exemplo, junto à Igreja da Misericórdia. Na sua opinião, alguns pilaretes deviam ser retirados porque estão a prejudicar mais do que a beneficiar.-----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta N.º 4 / V-AJM / 2006 reprovada, com quatro votos contra (Grupo do PS) e três votos a favor (Grupos do PSD e da CDU).-----

--- **Proposta N.º 7 / V-AJM / 2006** -----

--- O Sr. Vereador António José Matos apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando:-----

--- Que as marcações horizontais nas estradas municipais são muito insuficientes, e em algumas situações, inadequadas;-----

--- Que tal situação traz, por isso, um acréscimo de insegurança a quem por elas transita.-----

--- Propõe-se:-----

--- 1. A marcação de guias horizontais em todas as estradas municipais.-----

--- 2. A colocação de sinalização vertical de proibição de ultrapassagem em curvas cuja visibilidade é muito reduzida e onde não seja possível a marcação de traços contínuos.”-----

--- Interveio o Sr. Vereador António José Matos encarando o seu trabalho com espírito de missão pois tem-se oferecido voluntariamente para colaborar com a Câmara nesta matéria. Informou que as marcações horizontais das estradas municipais são insuficientes e em alguns casos, inadequadas, em que resulta um acréscimo da insegurança de quem nelas transita, propõe a marcação de guias horizontais em todas as estradas municipais e a colocação de sinalização vertical de proibição de ultrapassagem em curvas, cuja visibilidade é muito reduzida e onde a largura da estrada não permite a marcação de traços contínuos.-----

--- O Sr. Vice-presidente propôs que a votação dos pontos fosse feita separadamente uma vez que o sentido de voto pode ser diferente. Em relação ao primeiro ponto, referiu já ter sido esclarecido que é impossível fazer a marcação das guias horizontais porque algumas estradas municipais não têm a medida regulamentar e isso ainda iria estreitar mais a faixa de rodagem; relativamente ao segundo ponto, concorda com a colocação de sinalização vertical.-----

--- O Sr. Vereador António José Matos concordou com a votação separada dos pontos.-----

--- Uma vez posta a votação foi o ponto 1 da Proposta n.º 7 / V-AJM / 2006 reprovado, com quatro votos contra (Grupo do PS) e três votos a favor (Grupos do PSD e da CDU) e o ponto 2 aprovado por unanimidade.-----

--- **PONTO 8 — Condições de Acesso de Deficientes aos Edifícios Públicos — Proposta N.º 9 / V-AJM / 2006** -----

--- O Sr. Vereador António José Matos apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando:-----

- *Que esta Câmara tem sido pouco sensível às pessoas com deficiência físico-motora;*-----
- *Que devem os edifícios públicos dar o exemplo, conferindo assim à autarquia autoridade moral.*-----
- *Propõe-se:*-----
- *Que a Câmara dote/ instale em todos os seus edifícios meios e/ ou sistemas de acesso a utentes portadores de deficiência físico-motora no prazo de dois anos.*-----
- Intveio o Sr. Vereador António José Matos propondo que todos os edifícios públicos deviam estar dotados de meios e/ ou sistemas de acesso a utentes portadores de deficiência físico-motora, servindo assim, de exemplo para obter autoridade moral para fazer essa exigência aos privados.-----
- O Sr. Presidente informou que praticamente todos os edifícios da Câmara (Valverde, Museu, Biblioteca, U.A.P. – Unidade de Atendimento ao Público, Escola Grandella, em Aveiras de Cima, Centro de Dia, em Alcoentre, ATL, em Manique do Intendente) têm acesso a pessoas portadoras de deficiência físico-motora, ou seja, apenas os dois andares deste edifício dos Paços do Município não têm acesso, mas, a não ser nos casos das sessões de Câmara, as pessoas já não têm necessidade de aceder ao segundo andar, uma vez que o atendimento ao público é feito num único edifício, no U.A.P.-----
- O Sr. Vereador António José Matos afirmou que as pessoas com deficiência físico-motora têm todo o direito de assistir às sessões de Câmara. Questionou se a Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha será dotada deste tipo de acessos. Acrescentou ainda que pretende fazer um alerta em relação aos edifícios privados porque ainda há pouco tempo foi construído um Centro Comercial, sem acesso para deficientes, considerando inadmissível que sucedam situações deste género.-----
- Informou o Sr. Presidente que a Câmara exige que os edifícios públicos tenham acesso a pessoas com deficiência e que o projecto do Centro Comercial é anterior ao seu mandato como Presidente da Câmara.-----
- Intveio o Sr. Vereador António Nobre considerando que o segundo andar deveria ter acesso a pessoas portadoras de deficiência pois está-se a afrontar a Lei, uma vez que aí se realizam as sessões de Câmara. Sobre o Centro Comercial, não sabe o que se passou, pois há bastantes anos (mais de 30) que são obrigatórios em edifícios dessa natureza, a existência deste tipo de acessos. Concordou ainda que, enquanto as sessões de Câmara forem realizadas nesta sala, tem que haver acesso a deficientes, pois como cidadãos têm o direito de participar nas sessões públicas tal como os cidadãos “normais”.-----
- O Sr. Presidente referiu que será preferível mudar as sessões de Câmara para o Valverde, por exemplo, pois como se pode constatar pela arquitectura do edifício, haverá muitas dificuldades em construir acesso a deficientes.-----
- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 9 / V-AJM / 2006 aprovada por unanimidade.-----
- PONTO 9 – EBI do Bairro da Socasa – Alargamento do Espaço de Recreio – Proposta N.º 5 / V-AJM / 2006** -----
- O Sr. Vereador António José Matos apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:-----
- *“Considerando:*-----
- *Que o espaço de recreio da Escola Básica I do Bairro da Socasa é insuficiente para o número de alunos que a frequentam, não proporcionando por isso uma saudável actividade física para essas crianças.*-----
- *Propõe-se:*-----
- *O alargamento do referido espaço para recreio, de forma a ocupar o terreno ainda disponível e que é pertença desta Câmara.*-----
- Intveio o Sr. Vereador António José Matos esclarecendo que o espaço do recreio da Escola Básica I do Bairro da Socasa é insuficiente para o número de alunos que a frequentam, não proporcionando por isso, uma saudável actividade física para as crianças, propondo o alargamento do recreio, de forma a ocupar o terreno disponível que é pertença da Câmara.-----
- O Sr. Vereador Marco Leal lembrou que a escola foi construída para combater a pressão demográfica, é uma escola provisória e o recreio é o mesmo da Escola Básica Integrada, ou melhor, o recreio, o refeitório e o polidesportivo são os mesmos.-----

--- Interveio o Sr. Vereador António Nobre defendendo que com um pequeno investimento pode-se ampliar a infraestrutura e, uma vez que é provisório, quando já não for necessário desmonta-se.-----

--- O Sr. Presidente questionou o porquê de o recreio não ser feito no espaço imenso depois da escadaria para o parque da EBI.-----

--- Esclareceu o Sr. Vereador António José Matos que continuariam com o mesmo problema de não se deslocarem ao local. Acrescentando que verificou que as crianças não utilizam o polidesportivo da EBI para fazer educação física e comparou o espaço do recreio ao dos presos que é 1m<sup>2</sup> por preso. Informou ainda que, os professores de educação física (pagos pela Câmara) têm que transportar o material no carro porque não têm um espaço onde deixar o material.-----

--- Informou o Sr. Vereador Marco Leal que as crianças utilizam o polidesportivo descoberto para fazer educação física e como o Sr. Vereador bem disse, o programa “Actividade Física para Todos” é da responsabilidade da Câmara, como tal, sabe perfeitamente onde as crianças fazem educação física, mas está disponível para acompanhar o Sr. Vereador numa visita para esclarecer a situação.-----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 5 / V-AJM / 2006 reprovada, com quatro votos contra (Grupo do PS), uma abstenção (Grupo da CDU) e dois votos a favor (Grupo do PSD).-----

**PONTO 10 — Estabelecimentos de Ensino — Planos de Emergência — Proposta N.º 6 / V-AJM / 2006** -----

--- O Sr. Vereador António José Matos apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:-----

--- *“Considerando:-----*

--- *Que os estabelecimentos de ensino são locais onde se aglomeram muitas crianças, jovens e adultos, devendo por isso ser devidamente acautelada a sua segurança;-----*

--- *Propõe-se que:-----*

--- *1. Todos os estabelecimentos de ensino do concelho sejam dotados de Planos de Emergência e Evacuação no prazo máximo de um ano.-----*

--- *2. Em cada estabelecimento de ensino com mais de 50 pessoas seja realizado pelo menos um simulacro por ano, de forma a manter todos os utentes capazes de agir com ordem e celeridade numa situação de emergência.”-----*

--- O Sr. Vereador António José Matos esclareceu que esta proposta vem no sentido de acautelar a segurança nos estabelecimentos de ensino através da elaboração de planos de emergência, em todas as escolas e com a realização de, pelo menos um simulacro por ano, de forma a manter todos os utentes capazes de agir com ordem e celeridade numa situação de emergência.-----

--- Interveio o Sr. Vice-presidente informando que, sobre este tema, a Câmara fez uma reunião com todos os professores do concelho para explicar a necessidade e importância dos planos de emergência e colocar os técnicos da Câmara à disposição para ajudar no que fosse necessário. Houve escolas que elaboraram os planos de emergência, outras não e outras estão a providenciar a sua elaboração, como a Escola da Quinta dos Gatos. Estão ainda previstos simulacros nas escolas de Azambuja, Aveiras de Cima, Manique do Intendente e Alcoentre.-----

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 6 / V-AJM / 2006 aprovada por unanimidade.-----

**PONTO 11 — Decoração de Rotundas — Proposta N.º 8 / V-AJM / 2006** -----

--- O Sr. Vereador António José Matos apresentou a **Proposta** que a seguir se transcreve:-----

--- *“Considerando:-----*

--- *A necessidade de poupar nas despesas correntes deve ser sempre uma preocupação na gestão da Câmara, ainda mais reforçada em época de dificuldades financeiras.-----*

--- *Propõe-se:-----*

--- *Que as próximas rotundas a serem construídas no Município de Azambuja, já adjudicadas ou não, sejam decoradas com materiais que não necessitem de uma constante manutenção e, por conseguinte, de uma constante despesa.”-----*

--- Devido à necessidade de poupança nas despesas correntes da Câmara, o Sr. Vereador António José Matos sugeriu que as próximas rotundas a serem construídas no Município de Azambuja, sejam decoradas com materiais que não necessitem de constante manutenção.-----

--- Esclareceu o Sr. Presidente que as rotundas são superintendidas pelas normas do IEP não podendo a Câmara intrometer-se neste assunto.-----

--- O Sr. Vereador António Nobre questionou qual o custo da manutenção das rotundas de Aveiras de Cima e de Alcoentre.-----

--- Respondeu o Sr. Presidente que são mantidas ao custo dos jardins, ou seja, 2 euros/ m<sup>2</sup>/ ano.

--- Uma vez posta a votação foi a Proposta n.º 8 / V-AJM / 2006 reprovada, com quatro votos contra (Grupo do PS), uma abstenção (Grupo da CDU) e dois votos a favor (Grupo do PSD).-----

## **PONTO 12 — Informações**-----

### **12.1. Informação N.º 1 / P / 06**-----

--- *“Assunto: Modificação ao orçamento*-----

--- *Considerando o teor da Proposta n.º 5-A / P / 2005 que delega no Presidente da Câmara competência para a elaboração de Alterações ao Plano de Actividades Municipais, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Orçamento e, nos termos do n.º 3, do art. 65.º, do Decreto-lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas, informo a Câmara sobre a realização das seguintes modificações orçamentais, datadas de 13 de Fevereiro, que se anexam:*-----

--- *1ª Alteração ao Orçamento da Despesa*-----

--- *1ª Alteração ao Plano de Actividades Municipais*-----

--- *1ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos”*-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

### **--- ACTA — APROVAÇÃO POR MINUTA**-----

--- A acta da presente reunião foi aprovada por minuta, no final da reunião, nos termos de n.º 3, do art. 18.º, do Regimento da Câmara Municipal de Azambuja, aprovado em 28 de Outubro de 2005.-----

### **--- Encerramento**-----

--- Eram dezoito horas e vinte minutos quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião.-----

--- Para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pela Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro dos Santos, sob cuja responsabilidade foi elaborada.-----